

Conferência

75ª Reunião Anual da SBPC

**EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE E INDISSOCIABILIDADE ENTRE
CIÊNCIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL**

Larissa Michelle Lara

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Pensar os desafios da educação física/ciências do esporte na defesa da indissociabilidade entre ciência, democracia e justiça social deflagra-se como objetivo dessa conferência, a qual encontra-se organizada em três momentos. No primeiro, problematizo a ciência em seu caráter dinâmico, por vezes, controverso e sua responsabilidade social em contextos de defesa de processos democráticos e justiça social; no segundo, discuto a educação física/ciências do esporte como área que produz ciência e conhecimentos que se constituem como modos de intervir na organização da vida social para o exercício pleno de direitos, acesso justo à cultura física e igualdade de condições; o terceiro momento explora os desafios enfrentados pela educação física/ciências do esporte na defesa do caráter indissociável entre ciência, democracia e justiça social. Com isso, espero contribuir com reflexões que acenem para a responsabilidade da educação física/ciências do esporte no fazer científico comprometido com o melhoramento da vida de pessoas.

A ciência, que se constitui pelo exercício de um trabalho racional resultante de pesquisas voltadas a descrever/explicar a realidade (fatos, fenômenos), exerce seus dilemas e paradoxos. Insere-se na seara da vida e da morte e usa de resultados para legitimar desigualdades ou justiça social. Com ciência (ou, por vezes, pseudociência), produzem-se artefatos bélicos e destroem-se sociedades inteiras, desenvolvem-se formas de tirar a vida, define-se quem é saudável ou doente, 'homem' ou 'mulher', se estabelecem formas superiores e inferiores de vida, define-se quem pode ou não existir. A antropologia física do século XIX, por exemplo, subsidiou a estratificação social, a legitimação de teorias etnocêntricas e a hierarquia das raças ao eleger o branco europeu como superior e como modelo de civilização. Mas, com ciência, também se desconstroem formas de estratificação social ao se evidenciar, por exemplo, gênero e raça como constructos histórico-sociais e não biológicos, vacina como forma de preservar a vida e luta contra negacionismos, avanços tecnológicos como possibilidade de melhorar o cotidiano das pessoas, entre outras. Assim, como pensar a ciência em seu papel social em defesa da vida? Que percursos possibilitam perceber a indissociabilidade entre ciência, democracia e justiça social?

Democracia e justiça social possuem intersecções visíveis à medida que a democracia se constitui como respeito à decisão das maiorias em prol do bem comum, pautada pela participação coletiva, pela ética, mas também pelo acesso justo a diferentes bens sociais/culturais. Ao conceber a democracia para além de sistema de governo, ou seja, como modo de organização da vida coletiva a partir do exercício consciente de direitos, aceno para maneiras de acesso justo ao

trabalho, à educação, ao lazer, às diferentes práticas da cultura física, sem discriminação de raça, gênero, religião, nação. Contudo, seria essa realidade factível? Seria a nossa democracia alicerçada por justiça social? A nossa democracia se exerce e se materializa para além dos direitos políticos que ora temos? Todas as pessoas têm os mesmos acessos ao trabalho, ao conhecimento, à ciência, à educação, à saúde, ao lazer, ao esporte, à cultura? A ciência orienta-se por processos democráticos e por modos de vida que sejam justos?

É fato que o acesso a essas formas de conhecimento e bens culturais/sociais não é oportunizado a todos/as da mesma forma para que possam fazer escolhas, mas estão relacionadas a estruturas complexas de poder social que dependem de contextos diversos. Também é fato que a ciência produz conhecimentos e bens culturais não acessíveis a todos/as e que ela se insere num campo complexo movido por dinheiro, poder e interesses que movem a sociedade. Dada essa condição, democracia e justiça social se inserem na dinâmica da vida e são exercidas com lutas diárias para garantir as condições mínimas que permitam modificar estruturas de dominação social, inclusive na ciência. Isso implica enfrentar conformismos e promover resistências em formas coletivas de organização para questionar e problematizar a sociedade de privilégios. Como lembra Butler (2009), se quisermos ampliar as reivindicações sociais e políticas para o acesso justo aos direitos precisamos de uma nova ontologia corporal que nos leve a repensar a vulnerabilidade, a dor, o desejo, a exposição e a precariedade (maximizada para alguns/mas e minimizada para outros/as). Torna-se urgente a organização da vida por meio da legitimação de ações que provoquem/promovam o respeito às diferenças e à igualdade de escolhas, o questionamento aos enquadramentos sociais e o reconhecimento de modos legítimos da condição de existência.

A manutenção de uma sociedade colonial (mesmo após terminado o período de colonialismo), marcada pelo projeto moderno eurocêntrico, por conhecimentos hegemônicos e generalizantes, pela desconsideração aos grupos subalternizados (negros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, comunidade LGBTQIAP+, outros), traduz injustiças sociais e formas não democráticas e éticas de acesso ao bem viver. Para Quijano (2009, p.72), a “colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” e justifica-se pela “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo” que sustenta um dado padrão de poder e opera na existência cotidiana e de escala societal. Essa forma de organização da vida coletiva é danosa ao bem comum, haja vista que concebe modelos estratigráficos que definem uns como superiores a outros, geralmente brancos, homens e heterossexuais. Encadear ações coletivas no âmbito da ciência e da educação, da reflexão epistemológica e da política para o questionamento e a modificação de situações de opressão, hierarquia, racismo e desigualdade social, de gênero e sexualidade torna-se primordial.

A educação física/ciências do esporte tem se caracterizado na sociedade hodierna por ser uma área de conhecimento que dialoga com diferentes áreas no sentido de ampliar seu alcance interpretativo e suas possibilidades de intervenção na realidade social. As transformações na área incluem o aprimoramento no desenvolvimento do fazer científico, na qualificação da pós-graduação e nos produtos dela resultantes e que estão relacionados a um campo bastante diverso voltado para práticas escolares, atividade física, pedagogias,

formação, trabalho, esporte, lazer, corpo, gênero/sexualidade, raça/etnia, saúde, entre outros, como forma de qualificar o exercício da profissão na dinâmica da vida contemporânea.

Como toda área de conhecimento, a educação física/ciências do esporte tem se enveredado 'mais' ou 'menos' por um fazer científico compromissado com a vida social, com formas inclusivas, democráticas e justas no acesso à cultura física, a depender de como cada pesquisador/a faz a leitura do mundo e entende a sua participação nele em contextos bastante diversos. Há, certamente, um fazer científico que destaca formas, práticas, experiências *embodied* – (in)corporadas/corporificadas – que se atentem para uma relação humana ética e esteticamente configurada, de resistência a formas hierárquicas de vida social e de luta por configurações sociais não excludentes, valoradas em seus marcadores sociais de diferença (gênero, etnia, raça, sexualidade, deficiência, nação, outros) . Ao mesmo tempo, não há como desconsiderar a existência de um fazer científico alimentado por formas preditivas e protocolos de conhecimento, carentes de (in)tensas reflexões, de interpretações e ações cotidianas para além das emergências técnicas de análise, orientadas, ainda, por relações estabelecidas com o mercado. Como observa Goergen (2020, p.2), “tanto a economia, a sociedade e a ciência quanto também as posturas subjetivas e sociais estão em permanente fluxo, gerando um ambiente de insegurança e de desorientação política e ética”. Esse contexto faz com que a vida humana perca “sua ancoragem intrínseca, engrenando-se às orientações e expectativas do mercado, cada vez mais determinantes dos anseios e posturas individuais e coletivas”. A educação física não se isenta dessas configurações, infelizmente, mas há espaços de (re)existência de práticas na contramão da competição, do lucro e da desumanização de práticas 'humanas'.

Em que pese as distinções no fazer científico e as formas peculiares de exercê-lo é fato que emergências locais, nacionais e/ou mundiais tendem a aproximar pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento em defesa de demandas coletivas. O contexto pandêmico recentemente vivido serve como exemplo, pois ele ocorreu de modo muito similar em vários países (faltas de respiradores, falta de infraestrutura em hospitais e cemitérios, falta de conhecimento para vencer o vírus, necessidade de eleger quem tem direito à vida e quem não tem, ausência de vacina), exigindo da ciência esforços múltiplos para defender a vida. Também se observam particularidades dos países a partir das respostas que lideranças governamentais, comunitárias e instituições deram ao enfrentamento da doença. O medo do desconhecido (doença) e as formas de enfrentá-lo e combatê-lo, no Brasil, seguiu paralelo a ações criminosas de um (des)governo fascista que atacou a ciência, mobilizou *fakenews*, feriu os processos democráticos, satirizou enfermos e as instituições atuantes em defesa da vida. Nessa conjuntura contraditória, a ciência foi (in)tensa, pois mobilizou pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento para uma luta conjunta em prol da vida e da democracia (posta em suspeita), escancarou várias realidades (notadamente aquelas ainda mais vulneráveis por sua condição social e raça/etnia), incentivou ações de solidariedade e revelou formas de invisibilidade humana (como aqueles/as não existentes, também, em plataformas sociais do governo).

O papel das sociedades/entidades científicas, a exemplo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC) foi primordial em defesa da vida e da democracia no contexto pandêmico, com atuações em diferentes frentes relacionadas à organização de um coletivo de pesquisadores/as que contribuiu com lives, vídeos, pesquisas, notas públicas, documentos, mobilização política, entre outros. O CBCE atuou em prol da área e em defesa da ciência, da educação e dos processos democráticos, produzindo conhecimento científico para a mobilização de forças e saberes que pudessem auxiliar no enfrentamento do contexto vigente. Destaco a produção organizada por Vago, Lara e Molina Neto (2020) em que participam coletivos dos Grupos de Trabalho Temático (GTTs) do CBCE como contribuição científica ao enfrentamento das adversidades decorrentes do momento pandêmico.

Anseia-se que a ciência se desenvolva ética e moralmente para a melhoria de vida das pessoas, ancorada na igualdade de direitos, no acesso justo e solidário ao que se produz. Torna-se fundante à educação física/ciências do esporte orientar-se por pressupostos éticos e não pelos ditames do mercado e pelo neoliberalismo que retira do sujeito sua constituição solidária. Daí ser desafiador à educação física/ciências do esporte a defesa de um fazer científico que acentue a organização da vida em sua plenitude, realçando o valor da participação das pessoas e a liberdade responsável e orientada para o bem comum. É mister democratizar o uso da ciência de modo que os resultados cheguem às pessoas a partir de formas de comunicação inteligíveis para que tenham acesso às descobertas e desenvolvam modos de reivindicar o seu acesso a elas, independentemente de classe social, etnia, raça, deficiência, sexualidade ou religião. A educação física/ciências do esporte precisa ser vigilante com um fazer científico que problematize desigualdades no acesso à cultura física, que revele formas de invisibilidade das pessoas, que contribua com dados para a criação de políticas públicas inclusivas e que denuncie violências fóbicas e racistas na prática esportiva (entre outras práticas corporais), contribuindo com experiências de movimento (e do bem viver) justas e solidárias.

Referências

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOERGEN, P. Educação e democracia no contexto do capitalismo neoliberal contemporâneo. **Educação**, v. 43, n. 2, p. 1-16, mai.ago. 2020, e-36221.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009, p. 73-117.

VAGO, T.; LARA, L.; MOLINA NETO, V. **Educação física e ciências do esporte no tempo presente**: desmonte dos processos democráticos, desvalorização da ciência, da educação e ações em defesa da vida. Maringá: Eduem, 2021.